

Patrimônios em disputa a partir do movimento BLACK LIVES MATTER: entre políticas e polícias

Heritage in disputes from the BLACK LIVES MATTER movement: between policies and police

Sandro Cavalier Savoia¹

Raquel Alvarenga Sena Venera²

Resumo: Este estudo é proveniente de uma inquietação acerca das disputas de memória no espaço público, sobretudo a partir do assassinato do americano George Floyd, nos Estados Unidos. Logo, subjaz a ele a análise dos protestos intitulados *Black Lives Matter* e seus desdobramentos em diferentes países. Para tal objetivo, a metodologia de pesquisa adotada foi o uso de fontes escritas, como jornais e revistas *on-line*. A partir dos conceitos de “política” e “polícia”, em Foucault (2002) e Rancière (1996), as reflexões apontam que as disputas em torno dos vetores de memória, presentes nos espaços urbanos, em especial na coleção patrimonial de arte pública da qual se destacam as estátuas, estão longe de ser resolvidas, principalmente nos países que estiveram sob o jugo do passado colonial, a exemplo do Brasil.

Abstract: This study comes from a concern about memory disputes in the public space, especially from the murder of American George Floyd in the United States. Soon, it underlies him, the analysis of the protests entitled Black Lives Matter and its unfolding in different countries. For this purpose, the research methodology adopted was the use of written sources such as newspapers and online magazines. From the political and police concepts, in Foucault (2002) and Rancière (1996), the reflections point out that the disputes around memory vectors, present in urban spaces, especially in the heritage collection of public art from which the statues stand out, are far from being resolved, especially in countries that have been under the yoke of the colonial past, like Brazil.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Violência.

Keywords: Heritage; Memory; Violence.

¹ Historiador, graduado (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Professor na Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná (Seed). E-mail: sandrosavoia@yahoo.com.br

² Historiadora, graduada (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: raquelnavenera@gmail.com

Introdução

Longe de garantir consensos, falar em patrimônio é buscar **compreendê-lo enquanto uma construção social** (PRATS, 1997). Em termos culturais, essa **construção** realiza-se num determinado tempo e espaço como um cronotopo (PESAVENTO, 2004), e está inserida num campo de tensões políticas e relações de forças que pressupõe disputas com consensos e dissensos. Por essa razão, os patrimônios acabam por funcionar como instrumentos de memória e esquecimentos que podem provocar silenciamentos da construção das identidades, sejam elas individuais ou de grupos.

Tendo essa premissa em mente, consideramos aqui as relações e apropriações dos monumentos públicos em espaços urbanos, sobretudo no contexto do assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, e da repercussão dos protestos intitulados *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), realizados tanto em países de passado colonizador, como em países anteriormente colonizados. Este artigo nasce da inquietação diante desse contexto, mas revela parcerias de reflexões de outros contextos de pesquisa anteriores no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, PPGPCS. O objetivo deste artigo é compreender como se deu o desdobramento das violências contra o patrimônio, esse “alter ego da memória”, nos dizeres de Hartog (2015, p. 193), bem como os efeitos e desdobramentos dessas ações contestatórias comunicadas pela mídia acerca do acontecimento *Black Lives Matter*.

Faz-se necessário, em primeiro lugar, distinguir os termos “monumento” e “monumento histórico”. No pensamento de Choay (2006) está a afirmação de que o monumento é uma

[...] criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é construído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. (CHOAY, 2006, p. 25).

Uma segunda observação visa categorizar o fenômeno multifacetado da violência, em especial, as formas de violência que envolvem a temática do patrimônio cultural. Assim sendo, aproveitamos para apontar duas formas de violência: a violência contra o patrimônio e a violência do patrimônio. A primeira pode ser dividida em duas modalidades:

[...] a praticada pelo Estado e a praticada pela sociedade civil. A primeira tem como agentes os governantes e gestores das políticas públicas. Ocorre quando há corte de verbas ou contingenciamento na área da cultura, desmonte das instituições, abandono de bens patrimoniais como centros históricos ou acervos museológicos, destruição de bens patrimoniais decorrentes de guerras ou mudanças de regime político, entre outras. (SAVOIA, 2020, p. 437).

A segunda é conhecida como atos de vandalismo e, nesse sentido, vale adiantar que o termo foi muito usado nas fontes midiáticas consultadas para este artigo. Para Machado (2020, p. 201), a palavra “vandalismo” foi usada pela primeira vez no contexto da Revolução Francesa, pelo bispo Henri Grégoire, embora outros tenham comparado, antes dele, atos de destruição às “invasões bárbaras”. Ainda segundo o autor, é comum denominar de vandalismo atos propositais que causem danos ou destruição, ou ainda para contestar a força política de protestos sociais, visando reprimi-los. Esses atos vão da simples pichação e depredação de bens patrimoniais até a realização de atos carregados de intencionalidade política e efetivados como sinal de protesto quanto a uma ordem estabelecida.

Entendemos que a violência do patrimônio está ligada ao seu valor de uso, ou seja,

ocorre quando o patrimônio é usado como vetor de memórias homogêneas e homogeneizadoras, quando hierarquiza saberes e culturas, quando contribui para a reprodução das desigualdades sociais, bem como à perpetuação da memória de determinados segmentos da sociedade e/ou grupos políticos no poder. (SAVOIA, 2020, p. 437).

Feitas essas considerações, a título de análise, mobilizamos os conceitos de “política” e “polícia” nas aulas de Michel Foucault de 1976, publicadas no Brasil nas obras *Em defesa da sociedade* (2002), e em Jacques Rancière, no livro *O desentendimento*, com edição brasileira de 1996. Buscamos compreender os desdobramentos da violência contra os patrimônios a partir da concepção do poder enquanto exercício constante, capaz de fazer visível um estado permanente de guerra entre grupos que mobilizam as memórias e os esquecimentos e se apropriam dos bens culturais como vetores de produção de discursos de identidades, por vezes hierarquizantes.

Quando mobilizamos palavras como “raça” e “racismo”, igualmente concordando com Foucault quando elabora o argumento da “guerra de raças” que, segundo ele, embasaria a “conquista e a subjugação de uma raça por outra”

desde o século XVII (FOUCAULT, 2010, p. 64). Segundo o autor, “o racismo será desenvolvido, em primeiro lugar, com a colonização, isto é, com o genocídio colonizador” (FOUCAULT, 2010, p. 232).

Para tal propósito, o artigo foi dividido em cinco partes, sendo utilizada na feitura de sua composição a interpretação oriunda de fontes escritas disponíveis *online*, a exemplo de jornais, revistas e blogs. Em um primeiro momento, apresentamos os referenciais teóricos da análise, e em seguida buscamos sintetizar o contexto dos protestos intitulados *Black Lives Matter* a partir das fontes analisadas, tendo como ponto de partida a morte do afro-americano George Floyd ocorrida nos Estados Unidos da América, no dia 25 de maio de 2020. No terceiro momento do texto, no subtítulo “Mudanças”, organizamos as ações desenvolvidas por alguns países envolvidos nessa trama, a exemplo da retirada de monumentos e símbolos opressores de cunho colonialista, racista e supremacista branco. Em contrapartida, organizamos também aquelas ações que chamamos de “Permanências”, em especial nos países colonizados e de passados escravistas. Por último, observaremos como os discursos técnicos acerca do patrimônio têm se posicionado. Buscamos refletir como a política e a polícia atuam nesses discursos. Só então, partimos para nossas considerações finais.

Uma breve reflexão teórica

Não é mais novidade que o filósofo Michel Foucault construiu uma filosofia política diferencial à lógica moderna, contrapondo-se ao discurso hegemônico filosófico-jurídico acerca das políticas estatais. Ele chamou esse modelo de “histórico-político”. Nas aulas que posteriormente foram publicadas em livro intitulado *Em defesa da sociedade* (2002), o autor discorre sobre evidências de modelos políticos divergentes nas relações de poder e o faz através de um apelo ao discurso histórico. Ao explorar sua pesquisa sobre a sociedade romana, aponta que o discurso “histórico-político” funcionou em três eixos: (i) a evocação dos ancestrais, quando a grandeza dos heróis do passado confere valor no presente; (ii) a memorização dos rituais que repetem dia a dia, ano a ano, rotinas que materializam modos de vida; e (iii) o efeito do exemplo como intensificação do poder.

Embora o soberano, no modelo “filosófico-jurídico”, devesse representar uma unidade, as lutas das raças no interior da monarquia romana fizeram aparecer outro modelo, não mais o fundamentado na ordem “filosófico-jurídica”, mas na “histórico-política”. O discurso histórico possui o sentido de contra-histórico da ordem soberana, a história das lutas das raças. Os três eixos citados fazem

funcionar na vida dos sujeitos comuns outras promessas que escapam ao poder do soberano. Os arranjos de poder implicados em um sistema “filosófico-jurídico”, que por sua vez delimita os jogos de verdade para esse “eu” sujeitado ao poder soberano, escapam nas insurgências em uma história que poderá desenterrar algo que foi escondido (VENERA; COELHO; VENERA, 2020).

Nesse contexto, o racismo é apresentado em Foucault como um mecanismo fundamental de poder para os Estados modernos. Nos discursos da raça, o Estado encontra uma ferramenta que dinamiza e direciona o exercício do poder sobre a vida das populações. Sob este viés, esse tipo de exercício do poder – que tem como alvo a purificação do corpo social – é uma característica previsível na administração do Estado. Nas palavras de Foucault, “o racismo está ligado ao funcionamento de um Estado obrigado a se servir da raça, da eliminação das raças e da purificação da raça, para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2010, p. 233).

Entendemos que os monumentos e patrimônios de memórias nacionais projetam-se nas relações de poder de uma ordem social no modelo “filosófico-jurídico”, mobilizando “a” verdade para o funcionamento jurídico desse Estado democrático em favor de um entendimento sobre poder. É o Estado de direito, por um ordenamento “filosófico-jurídico”, que define, formata, legisla e estabelece procedimentos de escolhas, guarda e preservação da memória, impondo aos cidadãos o que se nomeia como memória coletiva. É um investimento “policial” da memória, sobre o que vale ser lembrado e o que deve ser esquecido. Foucault (2002) inverte o sentido tradicional das palavras “polícia” e “política”. Para ele, o que está na ordem “filosófico-jurídica”, ou seja, do ordenamento e gestão das populações, seria a polícia. Por outras vias, o contradiscurso, o que está na ordem da luta racial, da necessidade de tomar à força o que já é de direito, seria efetivamente a política. O que chamamos de políticas patrimoniais são ações orquestradas para a promoção e manutenção de memórias e identidades dos grupos, advindas de ordenamentos jurídicos e polícias de memórias. Ao contrário, os desejos por outros patrimônios que escapam dessa discursividade em uma insurgência “histórico-política” seriam de fato a política.

Venera, Coelho e Venera (2020) sugerem a aproximação ao pensamento de Jacques Rancière (1996), quando ele também define política com o sentido de polícia, na mesma direção de Foucault, mas acrescentando a discussão de um falso consenso ou consentimentos de coletividades e distribuição de lugares, papéis e funções. Ele divide o sentido de polícia em baixa e alta. A primeira, baixa polícia, é o entendimento comum como uma força ostensiva; ações diretas e explícitas nas ruas ou a inteligência secreta, mais sutil. E a alta polícia seria aquela mais complexa,

que dá uma ordem aos corpos, que “define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal tarefa” (RANCIÈRE, 1996, p. 42). Nesse sentido, as políticas de memórias que decodificam e dão significado social à vida em um grupo são altas polícias, diferenciam o que é um discurso e o que é um ruído.

Para os autores Venera, Coelho e Venera (2020, p. 437), o conceito de política proposto pelos dois autores citados é aquele “capaz de tirar um corpo daquele local fixado pelo policiamento, ou, ainda, que muda o sentido daquele lugar”. A política faz aparecer outros significados para os signos, faz aquilo que era considerado ruído ser codificado. A política é ruptura, a polícia é duração. Essa breve introdução teórica encaminhou as reflexões acerca dos desdobramentos da violência no acontecimento *Black Lives Matter*. A seguir, apresentamos uma síntese dos acontecimentos a partir das notícias midiáticas.

Os protestos

Vinte e cinco de maio de 2020 – “Eu não consigo respirar”. Essa frase marca o drama de George Floyd, afro-americano de 46 anos, morto por asfixia, na cidade de Minneapolis (Minnesota, EUA), em decorrência da abordagem violenta de um policial branco, que, para mobilizá-lo, ajoelhou-se sobre seu pescoço. Esse não seria o primeiro caso de violência policial contra negros nos Estados Unidos, mas ganhou repercussão internacional com o movimento *Black Lives Matter*.

É importante destacar que esse movimento social é anterior à morte de George Floyd; surgiu nos Estados Unidos em 2014, contra a discriminação racial, os abusos e a violência policial causadoras da morte de cidadãos negros no país. Naquele ano, dois afro-americanos foram vítimas do sistema racial americano: o jovem Michael Brown e Eric Garner. Este último teve uma morte semelhante à de George Floyd, ou seja, estrangulamento por ação policial. A frase proferida por Floyd, “eu não consigo respirar”, virou um *slogan* para o movimento e para quem luta por uma política antirracista. A forma brutal com que se deu sua morte e a facilidade com que as imagens percorreram o mundo, na televisão, na imprensa escrita e nas redes sociais, certamente contribuíram para o alastramento dos protestos de rua, bem como para o posicionamento público de personalidades como artistas e atletas, sobretudo negros, contra a violência do Estado. Os protestos que se iniciaram nos Estados Unidos atingiram inúmeros países.

Sete de junho de 2020. Duas semanas após a morte de George Floyd e dois dias antes de seu enterro, manifestantes em Bristol, na Inglaterra, derrubaram

uma estátua de bronze erguida em 1895 que homenageava Edward Colston, da empresa Royal African Company, que atuou no comércio de africanos escravizados no século XVII. A figura de Edward Colston sempre foi alvo de polêmicas, muito embora ele tenha usado parte de sua fortuna no auxílio a fundações de caridade. Segundo o Huffpost (2020), a estátua controversa já havia sido objeto de inúmeras petições, sendo que a mais recente teria recebido 10 mil assinaturas. Diante da inércia das autoridades em retirá-la, finalmente, num domingo, no dia 07 de junho de 2020, manifestantes saíram às ruas para participar dos protestos do *Black Lives Matter*. Amarraram uma corda em volta da cabeça da estátua e a puxaram ao chão. As imagens que circularam na mídia mostravam um manifestante que repetia o gesto do policial responsável pela morte de George Floyd nos Estados Unidos, colocando seu joelho sobre o pescoço da estátua. Em seguida, ela foi arrastada pelas ruas e jogada no rio Avon, no porto de Briston, próximo de onde Edward Colston partira para a África. Tudo isso sob aplausos dos manifestantes. Em reportagem, a CNN Brasil (2020) afirmou que o gesto foi saudado por algumas pessoas, como um acerto de contas dos manifestantes com o passado imperialista do Reino Unido. Em Leeds, foi o memorial à rainha Vitória que amanheceu coberto de pichações, dois dias depois.

Nove e dez de junho de 2020. No segundo e terceiro dias após a derrubada da estátua de Edward Colston por manifestantes antirracistas, em Bristol, estátuas do rei Leopoldo II da Bélgica foram alvo de protestos. De acordo com a reportagem *on-line* da revista Fórum (2020a), na cidade de Ghent, capital da Província de Flandres Oriental, o monarca foi pintado de vermelho, possivelmente simbolizando o sangue e as mortes a ele atribuídas, bem como recebeu um capuz no rosto com as palavras “não consigo respirar”. Em Antuérpia, a estátua em sua homenagem foi incendiada. De acordo com o portal de notícias R7 (2020), na capital Bruxelas, uma petição *on-line* para a retirada das estátuas já havia alcançado 63 mil assinaturas. Estima-se que o rei Leopoldo II foi o responsável, entre os anos de 1885 e 1908, pela morte de cerca de 10 milhões de pessoas na região do Congo, naquele que foi um dos mais violentos regimes coloniais instituídos na África. Dali, as companhias belgas extraíam a borracha e o marfim, num processo de colonização brutal e enlouquecedor, segundo o romance de Joseph Conrad (1984) *O coração das trevas*, que traz um pouco do contexto do imperialismo belga do final do século XIX e início do século XX.

Também, dois dias depois da derrubada da estátua de Edward Colston, um representante da colonização europeia nas Américas foi alvo do protesto de manifestantes antirracistas nos Estados Unidos. As estátuas de Cristóvão

Colombo (que navegou a serviço da Espanha no século XV) foram atacadas em Boston, estado do Massachusetts, e em Richmond, na Virgínia. Na primeira cidade, a obra teve sua cabeça decepada pelos manifestantes no Parque Byrd, em seguida foi deixada ao lado da estátua, que também apareceu pintada com as inscrições *Black Lives Matter*, segundo reportagem *on-line* da revista Fórum (2020b). Na segunda, a obra foi arrancada do pedestal e jogada num lago próximo. Richmond, na Virgínia, há tempos vem sendo palco de contestações e disputas de memória, envolvendo principalmente os chamados “heróis confederados”, outrora defensores do *plantation* dos estados do sul, durante a Guerra Civil Americana de 1861-1865. Nessa onda de ataques a monumentos ou estátuas de personagens históricos ligados à escravidão e ao colonialismo, acrescenta-se nos Estados Unidos a derrubada da estátua de Colombo nas cidades de Baltimore e Saint Paul, bem como a pichação de estátuas do navegador genovês e “descobridor” das Américas, em Houston e Miami.

Onze de junho de 2020. Já quando de sua inauguração em Lisboa, capital de Portugal, em 2017, a estátua do padre jesuíta Antônio Vieira recebeu, segundo reportagem do El País (2017b), contestação de um grupo denominado “Descolonizando”. O grupo acusou o padre de ser um “escravista seletivo”, acontecimento que causou o protesto de alguns portugueses. O fato é que a figura do jesuíta que viveu no século XVII e atuou junto à Companhia de Jesus no Brasil traz inevitavelmente a polêmica em torno da aculturação dos povos indígenas e da complacência da Igreja Católica com a escravidão negra e a diáspora africana. Na esteira dos protestos internacionais do movimento *Black Lives Matter*, a estátua amanheceu manchada de tinta vermelha, com os dizeres “descoloniza” em sua base.

Dezesseis de setembro de 2020. Em resposta à violência contra o advogado Javier Ordoñez (que foi morto ao receber choques elétricos da arma de policiais que o haviam imobilizado), eclodiu uma série de protestos na capital da Colômbia, Bogotá. O episódio registrado por populares lembrou o caso do afro-americano George Floyd. Uma semana depois do início dos protestos, no dia 16 de setembro de 2020, indígenas colombianos derrubaram com cordas a estátua de Sebastián de Belalcázar. Aos gritos, segundo o *site* da revista Exame (2020a), os manifestantes comemoram o momento em que a estátua veio ao chão. Ainda, de acordo com a reportagem, símbolo dos colonizadores, Sebastián de Belalcázar foi fundador das cidades de Cáli e Popayán (região onde localiza-se a estátua), além de cidades no Equador, a exemplo da capital Quito. A mobilização que levou ao ato de derrubada da estátua foi convocada pelos povos indígenas Misak, Nasa e Pijao. Segundo uma

das pessoas ouvidas pela reportagem da Exame (2020a), a derrubada foi um ato simbólico “contra o extermínio físico e cultural dos povos indígenas”.

Mudanças

A repercussão dos protestos de rua associados ao movimento *Black Lives Matter* e da manifestação pública de personalidades do mundo artístico e esportivo, em especial, resultaram em algumas medidas que foram tomadas pelas autoridades e gestores públicos em diferentes localidades. Lembrando a clássica cena do filme *Ades Lênin*, do diretor alemão Wolfgang Becker, algumas estátuas que remetiam a um passado colonial foram removidas de logradouros públicos, em países como a Bélgica, Nova Zelândia e Inglaterra, por exemplo. Outros países ainda estudam possibilidades.

Na cidade belga de Antuérpia, a estátua do rei Leopoldo II foi retirada da praça onde estava localizada e encaminhada para restauro no Museu de Escultura ao Ar Livre de Middelheim, segundo o portal de notícias G1 (2020a), onde deverá permanecer como parte da coleção do museu.

Na Nova Zelândia, a estátua de bronze do capitão britânico John Fane Charles Hamilton foi retirada da cidade de Hamilton. O personagem que deu nome à cidade neozelandesa foi comandante naval e lutou contra os indígenas maoris que defendiam sua terra contra a expansão colonial no século XIX. De acordo com a reportagem *on-line* da revista Exame (2020b), a prefeita Paula Southgate afirmou que a retirada da estátua era parte do esforço para eliminar monumentos considerados culturalmente ofensivos, num contexto de crescentes manifestações antirracistas.

Na Inglaterra, de acordo com o portal de notícias G1 (2020b), uma escultura temporária representando Jen Reid, manifestante do movimento *Black Lives Matter* fotografada no pedestal da estátua de Edward Colston, foi instalada por uma equipe dirigida pelo artista Marc Quinn. Na Universidade de Oxford, os funcionários votaram a favor da retirada da estátua do colonizador Cecil Rhodes de suas dependências. A obra deverá ser encaminhada a um museu. Segundo reportagem do portal de notícias Uol (2020a), há tempos os estudantes vinham empreendendo uma campanha denominada “*Cecil Rhodes must fall*” (Cecil Rhodes deve cair). A relação do capitalista e explorador colonialista inglês do século XIX com a instituição envolve filantropia. Cecil Rhodes foi ainda aluno de Oxford. Em 2015, outra estátua sua já havia sido retirada, desta feita, como forma de protesto de estudantes na Universidade do Cabo, na África do Sul. No mesmo ano,

brancos sul-africanos se acorrentaram em estátuas de líderes coloniais para evitar que fossem removidas ou vandalizadas, segundo os jornais da época, a exemplo da Folha de São Paulo (2015). Tais manifestantes reuniram-se em Pretória e na Cidade do Cabo.

Ainda na Inglaterra, voltando à reportagem do Uol (2020a), vemos que empresas como o Banco Lloyd's e a rede de bares Green King anunciam, no país inglês, medidas de compensação por vínculos pretéritos com a escravidão, como doações para agências de apoio a minorias étnicas. Já a Tribuna online (2020) noticiou a retirada do mercador escravagista Robert Milligan da frente do Museu das Docas de Londres. Acrescenta-se a essas ações, segundo reportagem da revista Fórum (2020c), a criação do *site* denominado “Derrube os racistas”, onde há um mapa interativo com a localização de estátuas e monumentos de personagens ligados ao passado colonial inglês e supremacistas brancos. O *site* com petições traz os dizeres “A Grã-Bretanha deve enfrentar a verdade sobre seu passado colonial – e como ele molda nosso presente” (Topple the Racists, 2020).

Por fim, nos Estados Unidos, campo de tensão onde se iniciou o movimento *Black Lives Matter* e os protestos contra a morte de George Floyd, a Câmara dos Representantes, segundo o *site* de notícias portuguesa P (2020), aprovou um projeto de lei para remover estátuas de líderes confederados do Capitólio, a exemplo do general Robert Lee e Jefferson Davis, além do busto do antigo presidente do Supremo Tribunal Roger B. Taney. Este último foi autor de uma decisão declarada em 1857, segundo o qual os afro-americanos não podiam ser cidadãos. Figuram nesta lista também supremacistas brancos. Ainda de acordo com a notícia, o líder da maioria da Câmara dos Representantes teria dito que defensores da escravatura, segregação e supremacia branca não teriam lugar naquele espaço, visto como um templo de liberdade. O projeto de lei passará pelo Senado, precisando na sequência ser aprovado ainda pelo presidente Donald Trump. Nesse ponto reside uma certa dificuldade. Primeiro pelo fato de os republicanos, de postura mais conservadora se comparada aos democratas, serem maioria no Senado. Segundo, como informam as agências de notícia, pelo fato de o presidente já ter se posicionado contra a retirada de estátuas no país, como afirma o portal de notícias P (2020). Na cidade de Richmond, o prefeito Levar Stoney, como mostra a reportagem *on-line* de G1 (2020c), anunciou a retirada de várias estátuas ligadas aos confederados, dentre as quais a do general Robert Lee, comandante das tropas sulistas na Guerra Civil Americana ou Guerra da Secessão (1861-1865). Richmond, na Virgínia, foi capital dos confederados. Lembrando que em 2017 já houve confrontos entre grupos antirracistas e supremacistas brancos no estado americano da Virgínia, a exemplo

do ocorrido em Charlottesville, quando foi anunciada a remoção de uma estátua do general Robert Lee.

Permanências

Concomitantemente aos movimentos de mudanças no mundo, no Brasil, a estátua construída em homenagem ao bandeirante Borba Gato – informa a reportagem on-line da revista Fórum (2020d) – passa a ser vigiada por um carro da Guarda Civil Metropolitana, 24 horas por dia, em decorrência de protestos. Acrescenta-se a essa ação a instalação de grades circundando o monumento. A estátua do artista Júlio Guerra, localizada na Praça Augusto Tortorelo de Araújo, foi construída na década de 1950. Imponente, possui 10 metros de altura, ou 13 metros se incluirmos seu pedestal. Assim como a estátua de Borba Gato, outro alvo de protestos em São Paulo tem sido o Monumento às Bandeiras, obra de Victor Brecheret.

Os bandeirantes, envoltos num passado de captura e escravização dos povos indígenas, bem como na empreitada de destruição de quilombos, buscavam pedras preciosas no interior da colônia, nos denominados sertões, entre os séculos XVII e XVIII. No último século, foram homenageados não apenas com estátuas e monumentos, mas tiveram sua memória associada também a canais de TV (Canal Bandeirantes), a rodovias (Rodovia dos Bandeirantes) e até à sede do governo do estado (Palácio dos Bandeirantes), entre outros espaços e logradouros públicos.

Segundo reportagem da BBC News (2020), tais figuras foram elevadas ao panteão dos heróis a partir do final do século XIX, com a anuência dos membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). A eles foi atribuído o papel de líderes do processo de construção territorial do nosso país. Posteriormente, tais personagens foram incorporadas aos discursos de Comemoração do Primeiro Centenário da Independência do Brasil em 1922; da Revolução Constitucionalista de 1932, contra o governo Vargas; e finalmente nas Celebrações do Quarto Centenário de São Paulo, em 1954. Em síntese, a glorificação do passado paulista e a projeção dos bandeirantes na história nacional acabam por ligar-se ao contexto de crescimento econômico do estado de São Paulo e do papel político de suas elites no cenário nacional. Era imperativo enaltecer suas origens. Assim, associava-se o espírito empreendedor dessa elite econômica que se forjava à própria herança do espírito aventureiro e desbravador desses “heróis”.

Em Salvador, na Bahia, a capital mais negra do Brasil, chama atenção o caso da estátua do português Joaquim Pereira Marinho, traficante de africanos

escravizados, localizada diante do Hospital Santa Izabel. Homem de fortuna, assim como Edward Colston e Cecil Rhodes na Inglaterra, Joaquim Pereira Marinho buscou melhorar a sua imagem como homem público na filantropia. Em certa medida funcionou, os britânicos citados foram homenageados no passado, ou seja, tornaram-se monumentos e tiveram seus nomes imortalizados no tempo. As estátuas de Edward Colston e Cecil Rhodes na Inglaterra foram derrubadas e retiradas de seus pedestais de memória, mas não a de Joaquim Pereira Marinho na Bahia, muito embora não tenha sido por falta de pressão de setores da sociedade civil organizada, como a dos ativistas do Movimento Negro. Até representações políticas na forma de projeto de lei, tramitando na Assembleia Legislativa do estado, foram criadas, visando sua exclusão.

No Peru, chama atenção a curiosa estátua na Plaza de Armas, em Lamas/Tarapoto, departamento de San Martín. Nela podem ser vistas duas figuras em sinal de confraternização. Dois mundos estão ali representados: o dos colonizados e o dos colonizadores. Tal representação é uma construção social, pautada numa premissa de cordialidade. Mesmo sob a evidência de dominação colonial nas Américas sob o signo da cruz e da espada, um investimento na narrativa de cordialidade é evidente nesse monumento. Para espanhóis e portugueses, os povos originários eram o “outro”, alguém que estava às margens da civilização, alguém inferior que poderia ser subjugado. Mais do que nunca, monumentos como esse e a ideia de uma tradição forjada e constituinte da história hegemônica dos vencedores reforçam a afirmação de que “não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie” (BENJAMIN, 2016, p. 13). Daí que os protestos antirracistas inflamados com a morte do afro-americano George Floyd constituem-se, em certa medida, numa forma de se “escovar a história a contrapelo”.

Feitas as observações até aqui, algumas questões chamam atenção e provocam inquietações em quem se propõe a fazer a leitura dessa realidade. A permanência dessas memórias opressoras e a dificuldade em se promover mudanças na polícia de memórias certamente são exemplos dessas questões. Um policiamento que define lugares sociais hierárquicos, que faz permanecer uma narrativa de memória em que, forçosamente, se mantém um *status quo*. Sob a égide de políticas de memória, esses acontecimentos escancaram que a alta polícia se faz sutil, enquanto a baixa polícia se preocupa com os efeitos daquilo que escapa às sutilezas e reverbera como “vandalismo”.

O debate

Evidentemente, essa é uma pequena amostra do debate suscitado em torno dos protestos e disputas de memória subjacentes às coleções patrimoniais de arte pública em espaços urbanos. O calor em torno da morte do afro-americano George Floyd e dos protestos ligados ao movimento *Black Lives Matter* reacendeu um debate na sociedade, travado há mais tempo no Brasil, por ativistas do Movimento Negro. Recortamos aqui o debate realizado na mídia por técnicos, pesquisadores da História e do Patrimônio no Brasil. Embora muitos profissionais tenham se manifestado pelo mundo, recortamos essa reflexão apenas nos técnicos brasileiros. Diante da proposta de retirar os monumentos de personagens racistas das vias e logradouros públicos para a salvaguarda em Museus Estaduais, o jornal Estadão (2020) chamou a atenção para o fato de que os historiadores ouvidos pelo veículo de imprensa defendem basicamente dois encaminhamentos para a questão: (i) a ruptura imediata com esses símbolos; (ii) a conservação dessas obras como documentos históricos. Claramente, o debate é sobre como policiar essas ações, ou seja, destruir qualquer memória que produza um lugar social para os escravagistas ou manter esses registros de memória regulando o significado sobre eles.

A historiadora Deborah Neves, entrevistada pelo jornal El País (2017a), no contexto das manifestações e embates entre grupos antirracistas e supremacistas brancos nos Estados Unidos, afirma que as intervenções feitas aos monumentos a Borba Gato e às Bandeiras ainda são tratados como atos de vandalismo, no Brasil. Para a historiadora, os monumentos podem ser contestados e até derrubados, sendo essa a vontade geral. Embora prefira acreditar que eles possam ser ressignificados no espaço urbano, uma vez que simplesmente apagar a história não é possível.

Nessa mesma perspectiva, o historiador Paulo Garcez Marins, docente e curador do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP), diz ser mais importante que derrubar as estátuas e abolir imagens nos capacitarmos para discutir essas imagens. Procurar entender o porquê de elas terem sido construídas, problematizar as escolhas e o ato de celebração do passado, trazer à tona a discussão sobre a construção da memória pública. Segundo o historiador, ouvido pelo portal de notícias Uol (2020c), uma possibilidade seria colocar um texto explicativo junto ao monumento, uma vez que um documento cruel do passado também pode ser um ponto de partida para a reflexão. Manter a estátua de um bandeirante como problema e não como fonte de celebração suscita manter viva a discussão em torno da memória dos bandeirantes e do massacre dos povos indígenas, por exemplo. Em outras palavras, o modelo “filosófico-jurídico” que fundamenta o Estado é acionado em todas as instâncias da polícia de alta complexidade. O governo das

populações, a disciplina e ordenamento dos lugares sociais podem estar ativos quando os monumentos são mantidos e ressignificados. Apazigua os grupos mais exaustados e justifica a criminalização de sua política.

Ricardo Santhiago, ouvido pelo blog *Café História* (2020), professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e especialista em História Pública, afirma ser compreensível a derrubada de estátuas e monumentos de colonialistas, racistas e ditadores, embora prefira os denominados “atos de rasura”, como a pichação, por exemplo. Tais atos não apagam o objeto, mas produzem transformações, sobrepõem camadas que desafiam a memória oficial e explicitam os conflitos. Seria, a nosso ver, uma forma de deixar marcas da política de grupos na luta racial. O apagamento dessas marcas, pichações ou estragos, seria o mesmo que silenciar a memória das apropriações do tempo presente.

Cristina Meneguello, professora do Departamento de História da UNICAMP, especialista em História da Arquitetura, aponta a importância do debate histórico como opção para se lidar com essas formas de memória, para além do voluntarismo. Para a pesquisadora, entrevistada pelo blog *Café História* (2020), o patrimônio não é apenas celebração, mas também confronto e incômodo. Assim, assinala como possibilidades a construção de museus para essas estátuas retiradas de logradouros públicos, a ressignificação de estátuas e monumentos com a colocação de placas explicativas, ou ainda a construção de outras obras próximas que ofereçam uma contranarrativa. Cristina Meneguello chama atenção para a participação no passado de historiadores e artistas na construção de vários desses monumentos. Os primeiros na participação da construção dos editais públicos, os últimos na confecção das obras propriamente ditas.

Paulo Knauss, professor da UFF e ex-diretor do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, também entrevistado do blog *Café História* (2020), afirma que, embora o passado não possa ser apagado simplesmente retirando os objetos do nosso convívio, os movimentos iconoclastas ao longo da história sempre foram críticos de seu tempo e rejeitaram leituras estabelecidas do passado. Aponta ainda que, nos tempos atuais, mais importante do que a destruição ou não de imagens é o desafio de promover novas leituras do passado. Logo, defende a leitura crítica dessas imagens, desses objetos, em nossa sociedade. Desafio que pressupõe igualmente inventar novos códigos, linguagens e formas de traduzir desejos de memória que não seja por meio de estátuas e monumentos.

Por fim, Evelyn Goyannes Dill Orrico, Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), igualmente ouvida pelo blog Café História (2020), chama atenção para a dimensão histórica, monumental e cultural da questão. Aponta o fenômeno da derrubada de estátuas como um embate pelo ato de recordar. Diz ser admissível que pessoas que se sintam oprimidas por determinadas homenagens destinadas a personagens e eventos históricos manifestem sua insatisfação.

O debate proporcionado por esses autores possibilita que façamos uma síntese das ações possíveis, com alguns acréscimos que julgamos necessários. Referendar a existência de uma lógica “histórico-política”, concomitante à tecnologia de governança a que já estamos acostumados, parece ser algo instável demais, próximo do acolhimento à violência contra os patrimônios, mesmo que seja evidente o entendimento sobre a violência do patrimônio nas memórias opressoras. A saída possível, nos limites de uma soberania do Estado, de retirar estátuas e monumentos dos logradouros públicos, transformando-os em acervos museológicos, se mostrou um caminho possível para além da mera iconoclastia.

Outra opção assinalada no presente debate seria manter tais monumentos escultóricos públicos, porém, buscando ressignificar seus sentidos, colocando junto deles, por exemplo, placas explicativas, contextualizando-os junto à população ou ainda erguendo próximo a eles outras estátuas, possibilitando formas de contranarrativas. Nas duas opções, a batuta do Estado continua organizando, policiando as ações de memórias.

Considerações Finais

Como podemos observar, embora haja resistências, os países marcados por um passado colonizador como a Inglaterra e a Bélgica parecem ter mais facilidade para lidar com a revisão de suas coleções patrimoniais de arte pública, com ênfase em suas estátuas enquanto vetores de memória, do que aqueles que sofreram processos de colonização, a exemplo do Brasil. Exceção aqui, entre os casos analisados, parece ser o da Nova Zelândia. Apesar de não podermos afirmar se a atitude de retirada de estátuas foi um desejo da população daquele país ou uma decisão isolada de uma gestora pública.

O fato é que, nos países marcados pelo jugo colonial, o peso da exploração e da dominação desse passado reverberou ao longo dos anos nos processos de exclusão e desigualdade social, construídas sob os signos da escravidão e do racismo.

Relações assimétricas definiram papéis nessas sociedades, dos quais os patrimônios culturais expostos em logradouros públicos constituem-se como marca. Logo, a violência contra o patrimônio nesses protestos não pode ser vista descolada da violência do patrimônio, enquanto valor simbólico a ele atribuído. A política feita à força, na luta racial, e pelo desejo de igualdade entre os cidadãos, que se desdobra na violência contra os patrimônios, é melhor enfrentada e administrada diante do entendimento acerca da violência do patrimônio. Caso contrário, tomaremos a violência contra o patrimônio como meros atos de vandalismo, destituindo-os de sua intencionalidade política de contestação de uma ordem social vigente, marcada pelas disputas de memória. Se utiliza da baixa polícia quando se poderia administrar os ânimos com a alta polícia.

Nesse contexto, os protestos intitulados *Black Lives Matter* ressaltam a importância do debate em torno de uma política antirracista, sobretudo no Brasil, bem como a necessidade, entre outras medidas, de criarmos formas de resignificação do patrimônio.

Referências

- BBC NEWS, BRASIL. Como os bandeirantes, cujas homenagens hoje são questionadas, foram alçados a “heróis paulistas”. **BBC News Brasil**, 20 jun. 2020. <<https://url.gratis/ObiGY>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CAFÉ HISTÓRIA. Especialistas comentam derrubadas de monumentos e estátuas pelo mundo. **Blog Café História**, 17 jun. 2020. <<https://url.gratis/zCREC>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4 ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- EL PAÍS. Por que nos importamos com símbolos escravagistas dos EUA e ignoramos os do Brasil? **El país**, 04 set, 2017a. Disponível em: <<https://url.gratis/ePf6Z>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- EL PAÍS. Portugal é forçado a encarar seu passado escravagista. **El país**, 20 out, 2017b. Disponível em: <<https://url.gratis/gRzo6>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- ESTADÃO. Deputada estadual protocola projeto para remover estátuas de escravocratas em São Paulo. **Estadão**, 25 jun. 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/j1c0N>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- EXAME. Indígenas derrubam estátua de colonizador espanhol na Colômbia. **Exame**, 17 set. 2020a. Disponível em: <<https://url.gratis/XrGhN>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- EXAME. Nova Zelândia remove estátua de militar colonial. **Exame**, 12 jun. 2020b. Disponível em: <<https://url.gratis/Z6EJt>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Brancos sul-africanos se acorrentam a estátua de líderes coloniais. **Folha de São Paulo**, 08 abr. 2015. <<https://url.gratis/XM9HW>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- FÓRUM. Estátua de Leopoldo II, rei que causou genocídio no Congo, é derrubada na Bélgica. **Fórum**, 09 jun. 2020a. Disponível em: <<https://url.gratis/EbTym>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- FÓRUM. Manifestantes “decapitam” estátua de Cristóvão Colombo nos Estados Unidos. **Fórum**, 10 jun. 2020b. Disponível em: <<https://url.gratis/KeABZ>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- FÓRUM. Mapa interativo mostra estátuas e conclama a derrubada dos racistas no Reino Unido. **Fórum**, 10 jun. 2020c. Disponível em: <<https://url.gratis/I4v8r>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- FÓRUM. Estátua de Borba Gato agora tem segurança 24h da GCM. **Fórum**, 12 jun. 2020d. Disponível em: <<https://url.gratis/ujrUg>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- G1. Cidade da Bélgica retira estátua de polêmico rei, após protestos antirracistas. **G1**, 09 jun. 2020a. Disponível em: <<https://url.gratis/Uxggh>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- G1. Estátua de escravocrata é substituída por uma de manifestante negra no Reino Unido. **G1**, 15 jul. 2020b. Disponível em: <<https://url.gratis/IaLnL>>. Acesso em: 19 set. 2020.

G1. Capital dos confederados, Richmond vai retirar estátuas em sua homenagem. **G1**, 01, jul. 2020c. Disponível em: <<https://url.gratis/HUaIF>>. Acesso em: 19 set. 2020.

HUFFPOST. Manifestantes derrubam estátua de comerciante de escravos no Reino Unido. **Huffpost**, 07 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3qPNyUD>>. Acesso em: 19 set. 2020.

MACHADO, Diego Finder. Patrimônio e vandalismo. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

P. Câmara dos Representantes dos EUA aprova remoção de estátuas da Confederação do Capitólio. **Público**, 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3kt4Wwp>>. Acesso em: 19 set. 2020.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 9, p. 1595-1604, set. 2004.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

R7. Estátuas do Rei Leopoldo II são vandalizadas em Bruxelas. **R7**, 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3dHgdro>>. Acesso em: 19 set. 2020.

SAVOIA, Sandro Cavalieri. Patrimônio, violência e invisibilidade negra em Curitiba. In: DOARTE, Luciano Chinda (org.). **Nem tudo para todos: estudos sobre patrimônio cultural e violências no mundo contemporâneo**. Curitiba: Instituto Memória, 2020.

TOPPLE THE RACISTS. **Portal**. A crowdsourced map of UK statues and monuments that celebrate slavery and racism. Disponível em: <<https://www.toppletheracists.org/>>. Acesso em: 19 set. 2020.

TRIBUNA ONLINE. Países da Europa retiram monumentos de espaços públicos por causa de protestos. **Tribuna online**, 11 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3pKQpgl>>. Acesso em: 19 set. 2020.

UOL. Universidade de Oxford decide derrubar estátua de colonizador e supremacista branco. **Uol**, 17 jun. 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/2NYpEYQ>>. Acesso em: 19 set. 2020.

UOL. Quem foi Joaquim Pereira Marinho, o traficante de escravos que virou estátua na capital mais negra do Brasil. **Uol**, 12 jun. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/37GwDfE>>. Acesso em: 19 set. 2020.

UOL. “Destruir uma estátua não resolve, é preciso discutir a memória”, diz historiador. **Uol**, 11 jun. 2020c. <<https://bit.ly/3bzcxoN>>. Acesso em: 19 set. 2020.

VENERA, Raquel Als; COELHO, Ilanil; VENERA, José Isaías. Uma escolha epistemológica para os estudos do patrimônio cultural: genealogia e biopolítica. **Revista Patrimônio e Memória**. v. 16, p. 418-443, 2020.